

TERRITÓRIOS INDÍGENAS E MATOPIBA: uma relação conflituosa na formatação da atual paisagem humana do Brasil Central

INDIGENOUS TERRITORIES AND MATOPIBA: a conflicting relationship in shaping the current human landscape of Central Brazil

TERRITORIOS INDÍGENAS Y MATOPIBA: una relación conflictiva en la configuración del paisaje humano actual del Brasil Central

Isaltina Santos da Costa Oliveira

Doutoranda em Comunicação (PPGCOM/UNESP), Mestre em Ciências (PGAD/UNESP). Membro do grupo de pesquisa GEDGS (Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social) e da RedeCT (Rede Internacional de Pesquisadores sobre Povos Originários e Comunidades Tradicionais). isaltina.costa@unesp.br.



0000-0002-5735-952X

Nelson Russo de Moraes

Professor Associado na FAAC/UNESP. Livre Docente em Gestão e Educação Ambiental (UNESP). Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea (UFBA). Mestre em Serviço Social (UNESP). Líder do grupo de Pesquisa GEDGS (Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social) e da RedeCT (Rede Internacional de Pesquisadores sobre Povos Originários e Comunidades Tradicionais). Docente permanente do PGD/UNESP Tupã e do PPGCOM/UNESP Bauru. nelson.russo@unesp.br.



0000-0003-0159-9433

Diógenes Alencar Bolwerk

Doutor em Ciências do Ambiente (UFT). Mestre em Geografia (UFT). Mestre em Tecnologias Integradas y Sociedad del Conocimiento (UNED/España). UNILA. diogenes.bolwerk74@gmail.com.



0000-0002-4601-7866

Correspondência: Sala 11 – DCSO – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – UNESP; Av. Eng. Luís Edmundo Carriço Coube, 14-01 – Vargem Limpa - Bauru, São Paulo, Brasil - CEP: 17033-360.

Recebido em: 16.09.2023.

Aceito em: 19.11.2023.

Publicado em: 20.12.2023.

RESUMO:

O presente artigo objetiva compreender os impactos ocorridos nos territórios indígenas no estado do Tocantins em virtude do MATOPIBA, região considerada como a última fronteira agrícola do país. Apresenta também uma breve historiografia do estado, bem como informações de seus povos e territórios indígenas. As técnicas principais foram exploração bibliográfica e documental. Como resultado, verificou-se que os impactos são inúmeros tanto à vida dos povos tradicionais, em especial ao seu *modus vivendi*, quanto à paisagem natural e social da região central do Brasil. Neste sentido, observa-se a perda gradual do bioma Cerrado dentro do MATOPIBA, o que afeta diretamente o modo de vida dos povos indígenas pertencentes à Amazônia tocantinense.

PALAVRAS-CHAVE: Povos Indígenas; Tocantins; Territórios; MATOPIBA.

1 Introdução

Para os povos indígenas, o território é considerado um local indispensável para a preservação e fortalecimento de seus aspectos culturais. O conceito de cultura para os povos originários é mais complexo do que a visão dicotômica entre natureza e cultura. A cosmologia assenta-se em uma densa rede de inter-relações regida por princípios que não separam natureza e cultura, pelo contrário, convergem num ecossistema natural, cultural e social que busca uma totalidade para atingir o equilíbrio planetário (Brandão, 2015).

A territorialidade é imprescindível para a reprodução física, cultural, ambiental, social e econômica dos povos originários e está atrelada à luta, identidade, protagonismo e resiliência desses grupos, que no processo histórico, vêm resistindo

diante das diversas formas de violências sofridas (Campos *et al.*, 2020; Moraes & Souza, 2022).

Perante os inúmeros desafios enfrentados, os povos originários buscam a garantia de seus direitos, dentre eles os territoriais, que são assegurados na Constituição Federal (CF) de 1988. No artigo 231, em seu parágrafo 1º, fica estabelecido que:

São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições" (Brasil, 1988).

O ser humano é considerado um ser cultural, com tradições e valores (Moraes *et al.*, 2017). A natureza está intrinsecamente atrelada aos sistemas de crenças e conhecimentos. Com isso, cabe ressaltar que o território está diretamente associado ao modo de vida (*modus vivendi*) das comunidades indígenas, sendo, portanto, uma construção cultural que sobrepõe ao espaço geográfico. Santos (1999, p. 18) aponta que "[...] o território não pode ser uma categoria de análise, tem de ser considerado território usado". Para o geógrafo, deve-se considerar o território ocupado como local em mudança e constante disputa em processos históricos.

Dentre os diversos problemas que os povos indígenas enfrentam, apresentam-se os conflitos territoriais que ocorrem desde o século XVI por conta de interesses capitais. Nesse período, os conflitos se intensificaram com as incursões dos bandeirantes no território, estabelecendo vilas e aldeias de exploração. Tais fatores influenciam nos processos culturais e socioambientais das comunidades tradicionais. Neste contexto, este artigo traz como recorte geográfico o estado do Tocantins, com o intuito de compreender os impactos advindos da expansão agrícola da região denominada MATOPIBA e que afetam os territórios e a vida dos povos originários que habitam esta região amazônica. Ao início do trabalho, uma breve historiografia do estado será apresentada, bem como informações acerca dos povos e territórios indígenas presentes na Amazônia tocantinense.

Como anteparo metodológico deste trabalho, destaca-se que as principais técnicas de pesquisa utilizadas foram a exploração bibliográfica e documental com as quais buscou-se a investigação do tema junto a documentos disponíveis em bibliotecas, mapas, órgãos governamentais, sistemas públicos de informação e bases de dados online. Em seguida, as questões humanas acerca dos conflitos e tensões foram incluídas ao texto, chegando-se às conclusões.

2 Breve histórico do atual estado do Tocantins

O estado do Tocantins é um dos nove estados pertencentes à Amazônia Legal brasileira, esta que possui 5.015.068,18 km², compreendendo aproximadamente 58,9% do território nacional (IBGE, 2020).

Quadro 1 - Dados sobre a Amazônia Legal brasileira

Estado	Nº de Municípios
Acre	22
Amapá	16
Amazonas	62
Maranhão*	181
Mato Grosso	141
Pará	144
Rondônia	52
Roraima	15
Tocantins	139

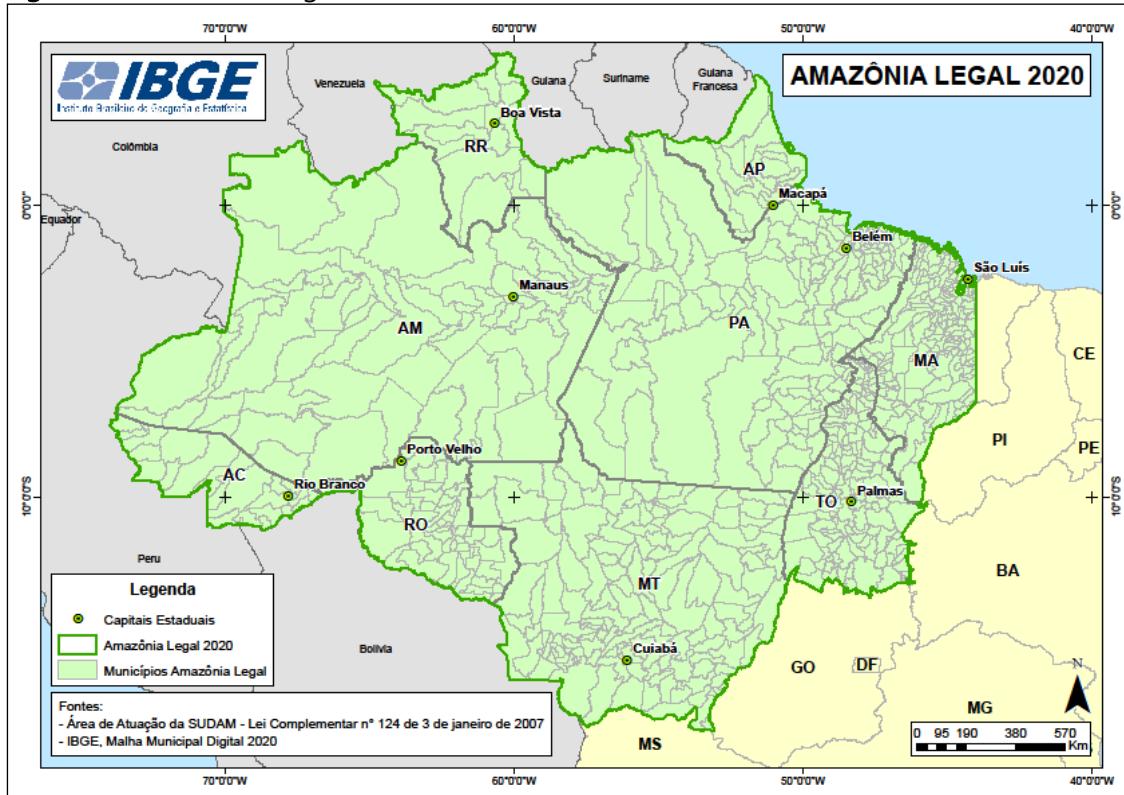
*No caso do estado do Maranhão, dos 217 municípios, 181 fazem parte da Amazônia Legal brasileira, sendo 21 parcialmente integrados.

Fonte: IBGE (2020).

Acerca dos dados referentes à Amazônia tocantinense, destaca-se que o território pertence à região Norte do Brasil e faz divisa com seis estados, Bahia; Goiás; Maranhão; Mato Grosso; Pará e Piauí. Tocantins possui uma diversidade cultural significativa, tendo a presença de povos tradicionais, dentre eles, os povos originários. Em conformidade com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a estimativa populacional do estado é de 1.607.363 pessoas, dentro de uma área territorial de 277.423,627 km² (IBGE, 2021).

O estado, sobretudo até o final da década de 1980, era apresentado como um grande vazio demográfico, haja vista a baixa densidade populacional, mitigando uma política migratória de capitais ligados ao agronegócio. A política acaba por estimular, diretamente e indiretamente o avanço do agronegócio sobre os territórios dos povos originários, levando aos conflitos de interesse, pois o que está em vias de conflitos é o manejo da terra e usos de seus recursos naturais que são diferentemente opostos e estão todos inseridos dialeticamente por esses atores no território.

Figura 1 - Amazônia Legal brasileira

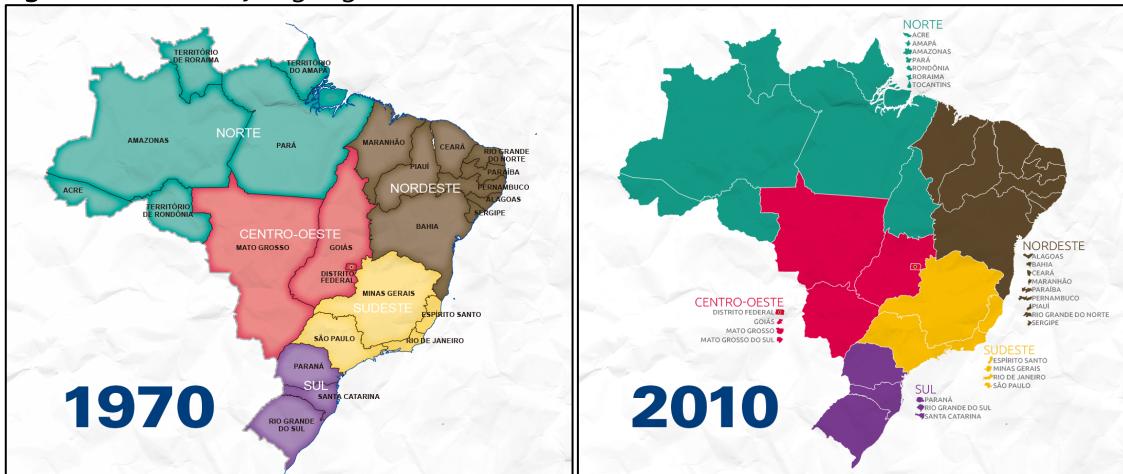


Fonte: IBGE (2020).

Na historiografia tocantinense, desde o final do século XIX e no decorrer do século XX existia uma discussão para que houvesse a redivisão territorial do Brasil. Destaca-se que nessa luta pela autonomia política do Norte goiano, muitas gerações foram envolvidas (Governo do Tocantins, 2022). Nesta trilha histórica, no dia 5 de outubro do ano de 1988, pelo artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, o estado do Tocantins surgia enquanto força política, mas o território (fruto da transformação do espaço físico pelas culturas humanas) precede este marco histórico e político.

Na data de 1º de janeiro de 1990, instalou-se a capital na cidade de Palmas, no entanto, a capital provisoriamente escolhida foi a cidade de Miracema do Norte, que localizava-se na região Central do estado (Governo do Tocantins, 2022). De acordo com a figura 2, verifica-se o antes e o pós divisão territorial dos estados de Goiás e Tocantins.

Figura 2 - Localização geográfica do atual estado do Tocantins



Fonte: IBGE (2018).

Conforme o Censo Demográfico de 2010 informa, a diversidade indígena no Brasil corresponde a 305 povos e 274 línguas, com uma população de 896.917 mil pessoas que se declararam indígenas (IBGE, 2010). Dessa totalidade, 324.834 (36,2%) apontaram que viviam em área urbana e 572.083 (63,8%), em área rural. Dos 517.383 indígenas (57,7% da totalidade de indígenas) moravam em terras indígenas (TIs oficialmente reconhecidas) e 251.891 (48,7%) pertenciam à região Norte do país (IBGE, 2010).

Atualmente, os povos indígenas no Tocantins se referem aos Apinajé/Apinayé; Avá-Canoeiro; Guarani Mbya; Javaé; Karajá, Karajá do Norte (Xambioá); Krahô; Krahô-Kanelá; Tapirapé e Xerente (ISA, 2021). Acrescenta-se a essas informações, o povo Pankararu, citado pelo Instituto Indígena do Tocantins (INDTINS)¹, de modo a considerar que são “mais de 9 povos, cada um com sua língua, artesanato, agricultura e realidades diferentes” (INDTINS, 2022). Com base nas informações obtidas a partir do ISA (2023), adiciona-se o grupo dos Gavião Akrâtitkatêjê.

Os dados acerca das terras indígenas no estado tocantinense estão apresentados no quadro 2:

¹ O Instituto Indígena do Tocantins é uma entidade sem fins lucrativos, de indígenas para indígenas, tendo como finalidade: apoiar, incentivar e executar atividades e projetos que visem promover a cidadania, o desenvolvimento sustentável, a defesa dos direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais do Tocantins (INDTINS, 2022).

Quadro 2 - Terras indígenas no Tocantins

Território Indígena	Área (ha)	Situação Jurídica	Povo(s)	População
Terra Indígena Apinajé II	Não apresentou dado	Em Identificação	Apinayé	Não apresentou dado
Terra Indígena Apinayé	142 mil	Homologada	Apinayé	2342 (SIASI/SESAI, 2014)
Parque Indígena Araguaia	1359 mil	Homologada	Avá-Canoeiro, Karajá, Javaé e Tapirapé	3502 (FUNASA/PALMAS, 2010)
Terra Indígena Cacique Fontoura	32 mil	Declarada	Karajá	489 (GT/FUNAI, 2001)
Terra Indígena Javaé/Ava Canoeiro (Canoanã)	Não apresentou dado	Em Identificação	Javaé	Não apresentou dado
Terra Indígena Funil	16 mil	Homologada	Xerente	348 (FUNAI/PALMAS, 2011)
Terra Indígena Inãwébohona	377 mil	Homologada	Avá-Canoeiro, Karajá, Isolados da Ilha do Bananal e Javaé	226 (IBGE, 2010)
Aldeia Takaywrá	Não apresentou dado	Regularizada	Krahô	Não apresentou dado
Reserva Indígena Krahô-Kanelá	8 mil	Reservada	Krahô-Kanelá	122 (SIASI/SESAI, 2014)
Terra Indígena Kraolândia	303 mil	Homologada	Krahô	2992 (SIASI/SESAI, 2014)
Reserva Indígena Mänkratjê	Não apresentou dado	Reservada	Gavião Akratikatjê	Não apresentou dado
Terra Indígena Maranduba	375	Homologada	Karajá	80 (SIASI/SESAI, 2014)
Terra Indígena Taego Åwa	29 mil	Declarada	Avá-Canoeiro	25 (FUNAI, 2012)
Terra Indígena Utaria Wyhyna/Iròdu Iràna	177 mil	Declarada	Karajá e Javaé	116 (FUNAI/PALMAS, 2011)
Terra Indígena Wahuri	Não apresentou dado	Em Identificação	Javaé	207 (SIASI/SESAI, 2014)

Terra Indígena Xambioá	3 mil	Homologada	Guarani (Guarani Mbya) e Karajá do Norte	363 (SIASI/SESAI, 2013)
Terra Indígena Xerente	168 mil	Homologada	Xerente	2693 (FUNASA/PALMAS, 2011)

Fonte: Elaborado pelos autores com base em FUNAI (2021) e ISA (2023).

2.1 O povo Apinajé

Os Apinajé, também conhecidos como Apinayé, de autodenominação Pahí são pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê e à família linguística Jê. Habitam a região abarcada pelo encontro dos rios Araguaia e Tocantins. Os Apinajé pertencem aos Timbira Ocidentais e as primeiras interações ocorreram durante o período de 1633 a 1658, quando foram abordados pelos jesuítas (ISA, 2021). Atualmente, vivem na região Norte do território tocantinense (Governo do Tocantins, 2021a).

2.2 O povo Avá-Canoeiro

O povo Avá-Canoeiro, também conhecido como Cara Preta, autodenomina-se Āwa, que significa “gente”, “pessoa”, “ser humano”. Os Avá-Canoeiro fazem parte do tronco Tupi e da família linguística Tupi-Guarani. Esse grupo passou por “[...] um processo de dizimação” ao longo de sua história (Governo do Tocantins, 2021a). Hoje em dia, eles vivem dispersos, mas continuam a reivindicar a demarcação territorial (ISA, 2021). Assim como apresentado por Silva; Silva e Souza (2022), os Avá-Canoeiro habitam a bacia do rio Araguaia no estado tocantinense, bem como a bacia do rio Tocantins em Goiás.

2.3 O povo Gavião Akrātikatêjê

O povo Gavião se constitui pelos grupos Parkatêjê; Kyikatêjê e Akrātikatêjê. São pertencentes à família linguística Jê e parte dos Timbira (Ribeiro Junior, 2014). O ISA (2023) aponta que os Gavião Akrātikatêjê habitam a Terra Indígena Mãe Maria, no estado do Pará e a Reserva Indígena Mānkratejê, no Tocantins.

2.4 O povo Guarani Mbya

Os Guarani são compreendidos por diversas denominações, dentre elas, Kaiowá/Pãi-Tavyterã; Mbya/M'byá e Ñandeva/Nhandewa/Avá-Guarani. Pertencem ao tronco linguístico Tupi e à família linguística Tupi-Guarani. No estado do Tocantins, os Guarani Mbya habitam uma das áreas do Xambioá (Karajá do Norte) (ISA, 2021). Alves e Vieira (2017) apresentam que os Guarani Mbya residem na Terra Indígena Xambioá

desde a década de 1980, por conta de casamentos interétnicos ocorridos entre os Mbya e os Karajá do Norte.

2.5 O povo Javaé

Os Javaé fazem parte do povo Iny, que originou três povos: Karajá; Xambioá (Karajá do Norte) e Javaé, e compartilham da mesma matriz cultural e linguística (ISA, 2021; Museu do Índio, 2023). Os Javaé pertencem ao tronco linguístico Macro-Jê e à família linguística Karajá (ISA, 2021). São habitantes das margens do rio Araguaia e povos da antiga Capitania de Goiás que sobreviveram a numerosos casos de violência (advindos de capturas e massacres), à política repressora dos aldeamentos, epidemias trazidas pelos colonizadores, assim como à invasão de seus territórios originários (ISA, 2021).

2.6 O povo Karajá

Iny é a autodenominação do povo Karajá e significa “nós”, na língua do grupo, sendo pertencente ao tronco linguístico Macro-Jê e à família linguística Karajá, que é composta de quatro variantes dialetais que correspondem ao Karajá do Sul; Karajá do Norte; Javaé e Xambioá (Museu do Índio, 2023). Os Iny formam o maior povo do estado tocantinense (Governo do Tocantins, 2021a). O INDTINS (2022) ressalta que o povo Karajá possui uma resistência secular. Há anos, vive próximo ao rio Araguaia, na Ilha do Bananal e cercanias.

2.7 O povo Karajá do Norte (Xambioá)

Conhecidos também como Xambioá, os Karajá do Norte habitam a margem direita do rio Araguaia e fazem parte do tronco linguístico Macro-Jê e da família linguística Karajá. O grupo prefere a autodenominação “Karajá do Norte” (ISA, 2021). Alves e Vieira (2017) destacam que a vivência territorial dos Karajá tem intensa relação com a água, de modo a manterem proximidade com o rio Araguaia, localidade em que desenvolvem suas tradições culturais. Mesmo tendo se deslocado territorialmente por diversas pressões, estabeleceram sua territorialidade a partir do local em que vivem.

2.8 O povo Krahô

Os Krahô, de autodenominação Mehim, pertencem ao povo Timbira. Compõem o tronco Macro-Jê, e à família linguística Jê e vivem no Nordeste do Tocantins (ISA, 2021). No século XIX, os Krahô iniciaram os primeiros encontros com os não indígenas, resultando em conflitos devido à tomada de terras por fazendeiros criadores de gado, que interiorizaram a colonização do Piauí para o Sul do Maranhão (ISA, 2021). Hoje em dia, no território habitado pelos Krahô, nota-se que o grupo vem sofrendo impactos

ocasionados pelo avanço do cultivo de soja. A partir do bioma Cerrado, o grupo busca a garantia da sua sobrevivência e a reprodução de aspectos biológicos, sociais e culturais (Santos, 2019).

2.9 O povo Krahô-Kanelá

O povo Krahô-Kanelá descende de dois povos distintos, os Krahô e os Kanelá, e fazem parte do grupo Timbira. Os Krahô-Kanelá pertencem ao tronco linguístico Macro-Jê e à família linguística Jê, sendo originários do estado do Maranhão (INDTINS, 2022). Por meio de uma grande luta judicial, no início dos anos 2000, o grupo conseguiu regularizar sua terra indígena, localizada em Lagoa da Confusão, Tocantins, e obteve o reconhecimento étnico pela Funai (INDTINS, 2022). Tiveram, portanto, em 2002, “[...] a identidade indígena reconhecida oficialmente em boa medida, por força da ratificação da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) pelo Congresso Nacional” (Mauro, 2013, p. 85).

2.10 O povo Pankararu

Os Pankararu são originários do estado de Pernambuco e se deslocaram até o Tocantins depois de serem expulsos por ações de posseiros (INDTINS, 2022). No Tocantins, hoje em dia, os Pankararu habitam as cidades de Figueirópolis e Gurupi. Atualmente, os Pankararu buscam manter suas tradições culturais e também se relacionam com aspectos culturais da área urbana. Reconhecem a importância de terem suas terras devidamente demarcadas, já que algumas práticas culturais acabam sendo enfraquecidas quando não possuem suas terras. Para eles, a demarcação de terras tem um significado mais simbólico do que geográfico (Marques & Demarchi, 2020).

2.11 O povo Tapirapé

Os Tapirapé se autodenominam Apyäwa (caminho da anta) e são pertencentes ao tronco linguístico Tupi e à família linguística Tupi-Guarani. Devido ao contato com as frentes de expansão desde meados do século XX, os Tapirapé sofreram uma acentuada redução populacional, período em que suas relações foram estreitadas com os Karajá, até então seus adversários. Destaca-se que após terem sua área tradicional ocupada por fazendas agropecuárias, os Tapirapé obtiveram na década de 1990, o reconhecimento oficial de duas terras indígenas, sendo uma delas coabitada pelos Karajá (ISA, 2021).

2.12 O povo Xerente

O povo Xerente se autodenomina Akwê e pertence ao tronco linguístico Macro-Jê e à família linguística Jê. Segundo o ISA (2021), os Akwê tiveram seus primeiros contatos com os não indígenas no século XVII, em virtude das chegadas de missões jesuítas, assim como da chegada dos colonizadores. No Cerrado do Tocantins estão localizados seus territórios, locais considerados estratégicos para projetos de desenvolvimento, o que se torna foco das atenções tanto em âmbito regional como nacional. Presentemente, o povo Xerente vive à margem direita do rio Tocantins (Governo do Tocantins, 2021a). No entanto, têm sido pressionados para cederem suas terras, seja para a pavimentação de estradas que atravessam o território, seja para interligar diversos projetos (ISA, 2021).

3 MATOPIBA

Tocantins possui seu território dentro do MATOPIBA, acrônimo referente à formação das siglas dos estados do Maranhão; Tocantins; Piauí e Bahia. MATOPIBA é uma região considerada como a última fronteira agrícola do país.

Conforme o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), consoante à dimensão territorial e municípios abarcados dentro da área do MATOPIBA, o Maranhão é compreendido por 32,77%, com 135 municípios, o que corresponde a 23,9 milhões de hectares (ha); Tocantins, representa 37,95%, com 139 municípios, correspondendo a 27,7 milhões de ha; Piauí, 11,21%, com 33 municípios, o que significa 8,2 milhões de ha e Bahia, 18,06%, com 30 municípios, compondo 13,2 milhões de ha. Abrange 25 milhões de habitantes (CIMI, 2016).

Feliciano e Rocha (2019) apontam que essa região foi oficializada pelo Decreto Presidencial nº 8447, em 6 de maio de 2015, correspondendo uma nova e importante fronteira agrícola brasileira, sendo estrategicamente conformada para monopolização do território e expansão do agronegócio. Assim como corroboram Batista *et al.* (2022), o MATOPIBA é o resultado do aumento do agronegócio e do avanço de um modelo produtivo fundamentado em elevada mecanização.

Recentemente, existe uma intensificação no que se refere às atividades agrícolas no país, sobretudo acerca da produção de soja. No MATOPIBA, nota-se um aumento expressivo em produção e expansão de área plantada, principalmente da soja (Gamba & Collicchio, 2018).

No Tocantins, considera-se a soja como o principal produto exportável e o estado tem recebido maiores investimentos de capital, resultando assim, na abertura de grandes áreas para o plantio (Feliciano & Rocha, 2019). O Governo do Estado do Tocantins corrobora que a soja se apresenta como produto principal de exportação tocantinense.

Em 2021 mais de 2,4 milhões de toneladas foram exportadas, contabilizando US\$ 1,039 bilhão (Governo do Tocantins, 2021b).

Consoante às avaliações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o MATOPIBA registrará um aumento de 21,4% na produção de grãos, nos ciclos correspondentes a 2013/2014 e 2023/2024 (MAPA, 2022).

Relativo ao documento Projeções do Agronegócio – Brasil 2021/22 a 2031/32, na região do MATOPIBA, apresenta-se projeção de aumento de 16,4% de área plantada de grãos, principalmente a soja, devendo atingir 40,2 milhões de toneladas dentro de uma área de produção equivalente a 10,3 milhões de hectares. Assim sendo, o aumento da produção de grãos, bem como de sua área, apresenta acréscimo elevado (MAPA, 2022).

No entanto, esse crescimento apresenta um contraste. Uma fronteira que é conhecida como uma área de oportunidades, conforme destacam Batista *et al.*, (2022, p. 2), é uma área que desconsidera “aspectos sociais, ambientais e culturais”. Isso é preocupante e afeta diretamente a vida dos povos que habitam essa região. Outra questão inquietante diz respeito às rápidas transformações relativas à dinâmica ocupacional do solo, ocasionadas pela extensão das atividades agropecuárias advindas do cultivo de grãos no decorrer das últimas décadas, sobretudo da soja (Batista *et al.*, 2022).

É importante pontuar que o projeto nacional de integração econômica do Tocantins à economia brasileira/internacional desintegra as comunidades locais e o bioma Cerrado, pois é incapaz de articular uma política de inserção dos povos tradicionais ao projeto de nação. Nesse sentido, a participação do Tocantins na escala de desenvolvimento nacional é a produção em larga escala de soja, e a oferta ao país do corredor rodoviário (BR-153/Ferrovia Norte-Sul) para que a produção chegue competitiva e viabilize a comercialização da monocultura da soja.

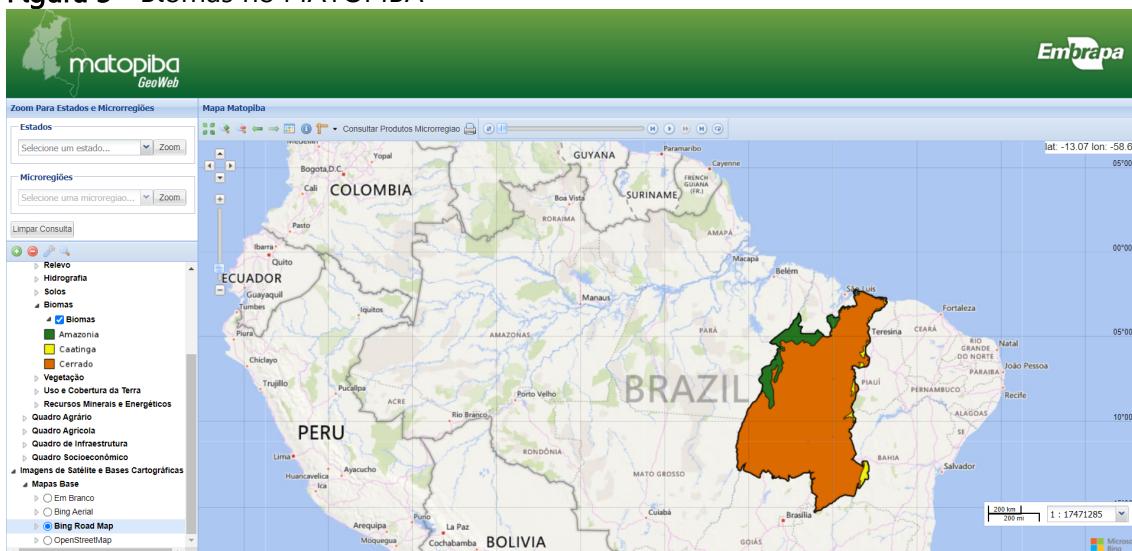
O sociólogo José de Souza Martins nos apresenta reflexões sobre a expansão capitalista nas fronteiras e conflitos sociais ocorridos entre a população local e grandes empresas rurais. Para Martins (1996, p. 27), “[...] o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro”.

O CIMI (2016) traz algumas preocupações concernentes à interferência do MATOPIBA na natureza e na vida dos povos viventes na região. Há questionamentos sobre as consequências dessa fronteira que, em vez de progresso, resulta em impactos sociais considerados graves, como a destruição dos biomas, evidenciando e agravando a pobreza e o êxodo rural, já que muitos têm que abandonar seus territórios de modo forçado (CIMI, 2016).

No MATOPIBA, o Cerrado é o maior bioma, representando 90,94%. Outros biomas estão inseridos na região como a Amazônia (7,27%) e a Caatinga (1,64%) (Paes, 2021). Batista *et al.* (2022) evidencia que a região pertence ao bioma Cerrado e devido a essa extensão agrícola, mudanças econômicas e sociais são acarretadas. Gamba e Collicchio (2018) enfatizam que o Cerrado apresenta condições favoráveis no que diz respeito à produção da soja, como clima e solo.

Correspondendo ao segundo maior bioma do país, o Cerrado abarca 13 estados em uma área de aproximadamente 200 milhões de hectares. Localiza-se na região Central do Brasil tendo limites com a Mata Atlântica, Floresta Amazônica, Caatinga e Pantanal (CIMI, 2016). De acordo com Blanco *et al.* (2021), devido à expansão agrícola nessa região, impactos ocorrem tanto para o bioma do Cerrado, quanto para as comunidades agroextrativistas que necessitam da agricultura tradicional.

Figura 3 - Biomas no MATOPIBA



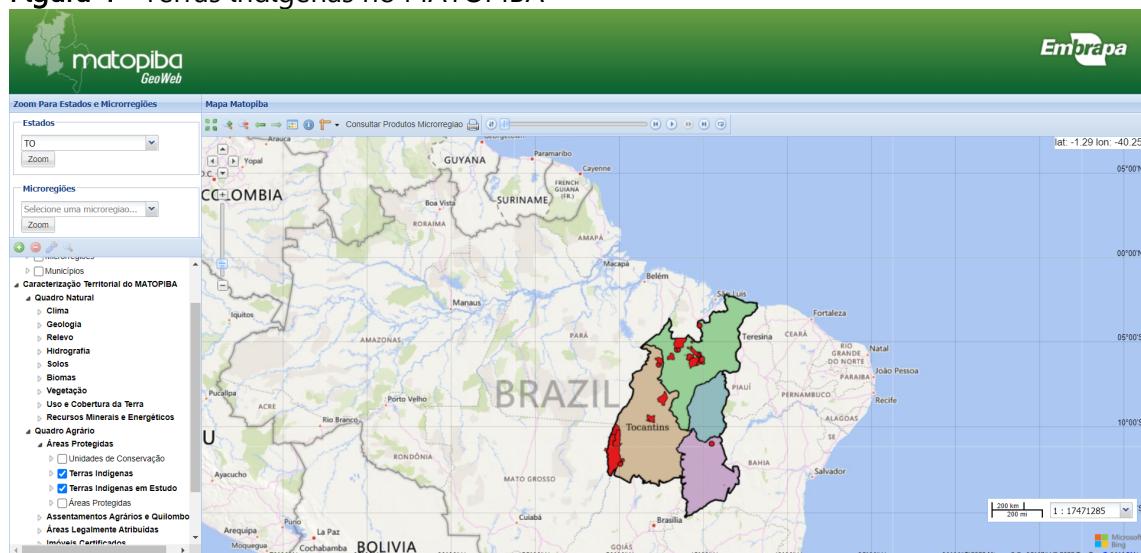
Fonte: Embrapa Territorial (2020).

Na região do MATOPIBA, vivem povos tradicionais diversos, estes que abarcam os povos originários. Na área apresentada, existem “[...] 324 mil estabelecimentos agrícolas, 46 unidades de conservação, 35 terras indígenas, 36 territórios quilombolas e 1053 assentamentos de reforma agrária” (Paes, 2021).

Concernente às terras indígenas pertencentes à localidade em questão, Silva e Grácio (2020, p. 132), ressaltam que por meio de um reflexo de intensificação dos projetos agrícolas implementados no estado, alteraram os territórios indígenas, transformando-as em “[...] ilhas verdes cercadas de grãos por todos os lados”. Isto deve-se à relação do modelo de desenvolvimento adotado pelo estado, compreendido pela

expansão do agronegócio, assim como grandes empreendimentos hidrelétricos. Tal fato altera a paisagem geográfica, modificando e impactando o modo de vida dos vários povos que habitam a Amazônia tocantinense. Na figura 4, apresentam-se as terras indígenas no MATOPIBA.

Figura 4 - Terras indígenas no MATOPIBA



Fonte: Embrapa Territorial (2020).

Silva e Grácio (2020) ressaltam que atividades do agronegócio podem de certa maneira ser positivas se forem observadas panoramicamente, contudo, para os povos indígenas e meio ambiente, os resultados são danosos. Segundo Feliciano e Rocha (2019, p. 240), dentro do território tocantinense, as microrregiões geográficas que fazem parte do MATOPIBA acabam “[...] conflitando com territórios indígenas, quilombolas e camponeses”.

A exploração e degradação do meio ambiente e seu desenfreado avanço, interferem e impactam diretamente o modo de vida dos povos viventes na área em questão, pois o desenvolvimentismo prioriza a lucratividade (CIMI, 2016). Há uma grande dissociação do que a terra significa para cada grupo. Para os representantes do agronegócio, a terra significa lucro e para os povos tradicionais, é sinônimo de identificação cultural, pois os indígenas protegem a natureza, considerando a terra como sagrada (CIMI, 2016).

Nesse sentido, torna-se evidente que o desmatamento no MATOPIBA vem aumentando gradualmente, acarretando incontáveis impactos, como os ambientais, sociais e culturais. Desse modo, as comunidades que vivem no Cerrado tornam-se as principais prejudicadas pelo projeto de extensão do agronegócio. Cabe ressaltar que diferentemente da Amazônia que existe toda uma cobrança e comoção internacional, o

mesmo não se aplica ao Cerrado, que lentamente é descaracterizado, além de ser o principal bioma das nascentes do Brasil.

Partindo dessa abordagem, destaca-se Ailton Krenak, intelectual indígena que traz importante reflexão sobre a política desenvolvimentista.

[...] usa veneno, envenena os mananciais, os corpos d'água, envenenam as pessoas diretamente, não precisa nem esperar para beber água depois, já pode beber o veneno direto. E só pelo fato dessa gente internalizar na economia brasileira alguns bilhões, eles se acham no direito de envenenar a gente. Isso é recolonização (Krenak, 2015, p. 334).

O Relatório Anual do Desmatamento no Brasil (RAD) “[...] analisa os alertas de desmatamentos detectados no Brasil no ano de 2021 e que foram validados e refinados sobre imagens de satélite de alta resolução pelo MapBiomas Alerta” (RAD, 2022, p. 16). Conforme apontado na figura 5, no ano de 2021, 23,6% da área desmatada no país se concentrou no MATOPIBA, representando um acréscimo de 14% da área desmatada em comparativo a 2020, com 5.206 alertas e 391.559 hectares desmatados. Concernente aos desmatamentos no Cerrado, em 2021, a maior parte ocorreu no MATOPIBA, correspondendo a “[...] cerca de 72,5% da área de supressão de vegetação nativa do bioma” (RAD, 2022, p. 38).

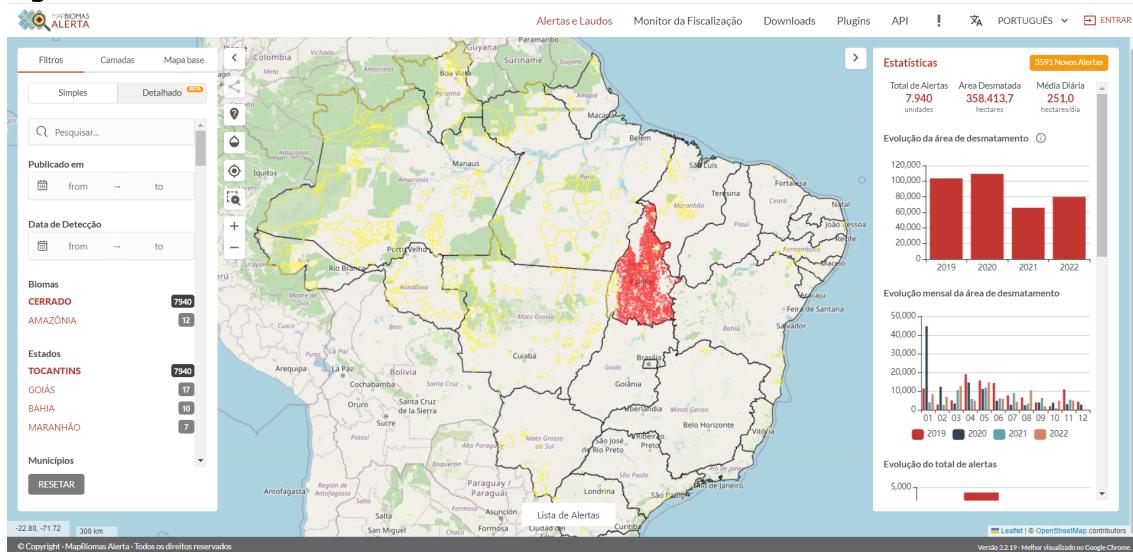
Figura 5 - Desmatamento no MATOPIBA

Ranking	2019	2020	2021	% 2021 no Brasil	% 2021 do bioma Cerrado	Variação 2020-2021
Número de Alertas	4.598	5.795	5.206	7,5 %	56,7%	-18,2 %
Área Desmatada (ha)	276.805	337.734	391.559	23,6 %	72,5%	14,0 %

Fonte: RAD (2022).

Em conformidade com a figura 6, no período de 2019 a 2022, foram desmatados 358.413,7 ha, do bioma Cerrado no Tocantins, correspondendo a 103.505 ha, em 2019; 109.324 ha, em 2020; 65.817 ha, em 2021; 79.767 ha, em 2022. Os dados de 2022 se referem até o mês de novembro (MapBiomas, 2023).

Figura 6 - Área de desmatamento do Cerrado no Tocantins



Fonte: MapBiomas (2023).

Na busca de minimizar esses impactos, tornam-se necessárias e urgentes algumas ações que priorizem a regularização dos territórios, bem como a elaboração e execução de políticas públicas que considerem a participação e a decisão de representantes dos povos indígenas pertencentes a essa região. Para tanto, é importante que essas políticas, sejam articuladas juntamente com representantes indígenas, visto que cada povo possui especificidades distintas.

Como apontam Silva e Grácio (2020, p. 142) "[...] as políticas de estado devem reconhecer a biodiversidade indígena e a partir desse ponto estabelecer as escutas necessárias". Rodrigues *et al.* (2021) destacam que os povos indígenas necessitam de políticas públicas específicas de modo a abranger suas peculiaridades.

O envolvimento indígena na formulação de políticas públicas é importante e necessário em todas as fases. Carneiro da Cunha (2014), explicita que a conquista e presença no espaço político ocorreu em 1989 com a alternância da Convenção 107 pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

4 Considerações finais

Mediante todos os estudos realizados, observa-se que os povos originários possuem uma forte relação com o território, considerado de suma importância para reprodução de seu modo de vida. Nota-se que ao longo do tempo, desde a invasão europeia no século XV, os povos indígenas enfrentam inúmeros desafios e lutam para a garantia de seus direitos, que muitas vezes são violados.

O estado do Tocantins, localizado na Amazônia Legal brasileira, é um dos estados pertencentes à última fronteira agrícola do país, conhecida como MATOPIBA (Maranhão; Tocantins; Piauí e Bahia), esta que foi estrategicamente configurada para o avanço do agronegócio por meio de um modelo produtivo de elevada mecanização e tem projeção de expansão da produção de grãos, sobretudo da soja, e de crescimento de sua área.

No entanto, esse projeto desenvolvimentista já trouxe e continua a trazer resultados danosos para os povos tradicionais (originários/indígenas e outros tradicionais como os geraizeiros, as quebradeiras de coco babaçu, os quilombolas e os ribeirinhos) viventes na região, e para os recursos naturais. O Cerrado, bioma que ocupa quase a totalidade do território tocantinense, é bastante impactado e afeta a vida e território dos grupos indígenas viventes na área apresentada, alterando a paisagem geográfica.

De acordo com os dados apresentados, os impactos são inúmeros e se referem à degradação ambiental, como a destruição dos biomas; o agravamento da pobreza e o êxodo rural. Para tanto, reflexões são suscitadas a respeito desses conflitos, como a elaboração de políticas públicas que considerem a integração da diversidade étnica e natural do Cerrado tocantinense ao projeto do país e contemplem as especificidades culturais de cada povo indígena, tendo primordialmente, a participação de representantes indígenas em todas as fases de elaboração.

Referências

- Alves, Daíse; Vieira, Martha Victor. (2017). Territorialidade e demarcação de terras indígenas no Tocantins: o histórico dos Karajá do Norte. *Revista Nandutu*, 5(7), 91-114.
- Batista, Maria Larissa Bezerra; Alves, Janaina da Silva; Alves, Christiane Luci Bezerra; André, Diego de Maria. (2022). Análise fatorial e espacial da modernização agrícola no MATOPIBA. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 61(3).
- Blanco, Letícia de Souza; Carvalho, Felipe Teixeira; Santos, João Lucas Alves dos; Pereira, Vitor Hugo Mendes; Deves, Beatriz Di Sessa. (2021). Agronegócio e suas repercussões no MATOPIBA. *Revista OKARA: Geografia em debate*, 15(2), 173-190.
- Brandão, Carlos Rodrigues. (2015). *A comunidade tradicional*. In: UDRY, Consolacion; Eidt, Jane Simoni. Conhecimento tradicional: conceitos e marco legal. Brasília/DF: Embrapa.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF, promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em: 3 de janeiro de 2021.
- Campos, Alexandre de Castro; Campos, Raquel Teixeira; Melo, Valdemir Garcia Neto; Moraes, Nelson Russo de; Pires, Bruno Ricardo Carvalho. (2020). Traditional geraizeiros communities in brazil territory: formation, identity and culture. *Revista Observatório*, 6(1).

- Carneiro da Cunha, Manuela. (2014). *Políticas culturais e povos indígenas*. Carneiro da Cunha, Manuela e Cesarino, Pedro de Niemeyer (Orgs). São Paulo: Cultura Acadêmica.
- CIMI-Conselho Indigenista Missionário. (2016). *Matopiba destrói a natureza e seus povos*. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-solucoes-tecnologicas-/produto-servico/6575/geoweb-matopiba>. Acesso em: 5 de janeiro de 2023.
- Embrapa Territorial. (2020). *GeoMATOPIBA: Inteligência Territorial Estratégica para o MATOPIBA*. Campinas, SP: Embrapa Territorial. Disponível em: www.embrapa.br/geoMATOPIBA. Acesso em: 7 de dezembro de 2022.
- Feliciano, Carlos Alberto; Rocha, Carlos Eduardo Ribeiro. (2019). Tocantins no contexto do MATOPIBA: Territorialização do agronegócio e intensificação dos conflitos territoriais. *Revista NERA*, 22(47), 230-247.
- Funai-Fundação Nacional do Índio. (2021). *Terras indígenas no Brasil. Brasília, DF: Ministério dos Povos Indígenas*. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas>. Acesso em: 15 de outubro de 2021.
- Gamba, Fábio Brega; Collicchio, Erich. (2018). Cultivo da soja em áreas de entorno do Mosaico das Unidades de Conservação do Jalapão, na região do Matopiba. *Revista Liberato*, 19(32), 179-190.
- Governo do Tocantins. (2021a). *Povos indígenas integram colcha de retalhos da cultura tocantinense*. Palmas, TO. Disponível em: <https://www.to.gov.br/adetuc/noticias/povos-indigenas-integram-colcha-de-retalhos-da-cultura-tocantinense/5y99yqqljam>. Acesso em: 17 de outubro de 2021.
- Governo do Tocantins. (2021b). *Tocantins 33 anos: setor produtivo alavanca desenvolvimento econômico do Estado*. Disponível em: <https://www.to.gov.br/seagro/noticias/tocantins-33-anos-setor-produtivo-alavanca-desenvolvimento>. Acesso em: 17 de outubro de 2021.
- Governo do Tocantins. (2022). *Criação do estado do Tocantins*. Disponível em: <https://www.to.gov.br/sectur/l-criacao-do-estado-do-tocantins-1988/69ku6myrjrwe>. Acesso em: 17 de março de 2022.
- IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/lingua-falada>. Acesso em: 7 de janeiro de 2021.
- IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018). *Dividir para conhecer: as diversas divisões regionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Agência de Notícias IBGE. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/19383-dividir-para-conhecer-as-diversas-divisoes-regionais-do-brasil>. Acesso em: 5 de junho de 2021.
- IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). *Amazônia Legal*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 7 de janeiro de 2021.
- IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021). *Tocantins*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/panorama>. Acesso em: 14 de junho de 2022.
- INDTINS-Instituto Indígena do Tocantins. (2022). *Povos Indígenas Tocantins*. Tocantins, 21 mar. 2022. Instagram @indtins.to. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/CbXq_ZlwMS/?utm_source=ig_web_copy_link. Acesso em: 22 de março de 2022.
- ISA-Instituto Socioambiental. (2021). *Povos indígenas no Tocantins*. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Categoria:Povos_ind%C3%ADgenas_no_Tocantins. Acesso em: 9 de junho de 2021.
- ISA-Instituto Socioambiental. (2023). *Terras indígenas no Brasil*. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/brasil>. Acesso em: 18 de abril de 2023.

- Krenak, Ailton. (2015). Paisagens, territórios e pressão colonial. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, 9(3), 327-343.
- MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. (2022). *Projeções do Agronegócio. Projeções do Agronegócio. 2022*. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/producao-de-graos-deve-crescer-36-8-nos-proximos-dez-anos/PROJEESDOAGRONECCIO20212022a203132.pdf>. Acesso em: 4 de janeiro de 2023.
- MapBiomass. (2023). *v.7.1-Projeto de Mapeamento Anual do Uso e Cobertura da Terra no Brasil*. Plataforma Mapbiomas Alerta. v.3.8.1. Disponível em: <https://plataforma.alerta.mapbiomas.org/mapa>. Acesso em: 16 de janeiro de 2023.
- Marques, Elvio; Demarchi, André. (2020). Pankararu do Tocantins: história, lutas e identidades de um povo esquecido e sem-terra. *Espaço Ameríndio*, 14(1), 309-325.
- Martins, José de Souza. (1996). O tempo da fronteira retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo social*, 8(1), 25-70.
- Mauro, Victor Ferri. (2013). Etnogênese e reelaboração da cultura entre os Krahô-Kanelá e outros povos indígenas. *Espaço Ameríndio*, 7(1), 37-94.
- Moraes, Nelson Russo de; Campos, Alexandre de Castro; Silva, Matheus Leme; Souza, Fernando Cruz. (2017). Comunidades tradicionais: cultura e identidade. *Revista Observatório*, 3(5).
- Moraes, Nelson Russo de; Souza, Fernando da Cruz. (2022). Etnoeducação e educação básica diferenciada para povos indígenas e comunidades quilombolas no Brasil: um desafio para a promoção do etnodesenvolvimento. *Revista Educação UFSM*, 47.
- Museu do Índio. (2023). *Karajá/Iny*. Disponível em: <http://prodoclin.museudoindio.gov.br/index.php/etnias/karaja/povo>. Acesso em: 10 de janeiro de 2023.
- Paes, Gustavo. (2021). *Panorama Setorial – Força do Matopiba*. Disponível em: <https://www.gov.br/fundaj/pt-br/destaques/observa-fundaj-itens/observa-fundaj/tecnologias-de-convivencias-com-as-secas/panorama-setorial-forca-do-matopiba>. Acesso em: 10 de janeiro de 2023.
- RAD-Relatório Anual do Desmatamento 2021. (2022). *São Paulo, Brasil MapBiomass*. Disponível em: <http://alerta.mapbiomas.org>. Acesso em: 15 de dezembro de 2022.
- Ribeiro Junior, Ribamar. (2014). *Akrâtitakatêjê: dominação e resistência na luta por seu território*. 104 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia). Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA, Pará, 2014.
- Rodrigues, João Augusto; Miranda, Daniele Guastalli; Souza, Fernando da Cruz; Moraes, Nelson Russo de. (2021). Políticas públicas indigenistas: dominação estatal. *Research, Society and Development*, 10(3).
- Santos, Alisson Almeida dos. (2019). *Os índios Krahô e a expansão do agronegócio no nordeste do estado do Tocantins*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Federal do Tocantins, Tocantins, 2019.
- Santos, Milton. (1999). *O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise*. Cadernos IPPUR, 13(2), 15-26.
- Silva, Lorranne Gomes da; Silva, Izaias de Souza; Souza, José Carlos de. (2022). Apropriação do cerrado e pressão nos recursos naturais da terra indígena Avá-Canoeiro e entorno (Goiás). *Revista do Departamento de Geografia*, 42.

Silva, Reijane Pinheiro da; Grácio, Héber Rogério. (2020). O modelo de desenvolvimento do Tocantins e o povo Akwê-Xerente: Impactos socioambientais e desafios interculturalidade. *PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, 13(2), 131-144.

ABSTRACT:

This article aims to understand the impacts occurring in indigenous territories in the state of Tocantins due to MATOPIBA, a region considered the country's last agricultural frontier. It also presents a brief historiography of the state, as well as information on its indigenous peoples and territories. The main techniques were bibliographic and documentary exploration. As a result, the impacts are considerable both on the lives of traditional people, especially their *modus vivendi*, and on the natural and social landscape of the central region of Brazil. In this sense, the gradual loss of the Cerrado biome within MATOPIBA is observed, which directly affects the way of life of the indigenous peoples belonging to the Tocantins Amazon.

KEYWORDS: Indigenous People; Tocantins; Territories; MATOPIBA.

RESUMEN:

Este artículo tiene como objetivo comprender los impactos ocurridos en los territorios indígenas del estado de Tocantins debido a MATOPIBA, región considerada la última frontera agrícola del país. También presenta una breve historiografía del estado, así como información sobre sus pueblos y territorios indígenas. Las principales técnicas fueron la exploración bibliográfica y documental. Como resultado, los impactos son considerables tanto en la vida de los pueblos tradicionales, especialmente en su *modus vivendi*, como en el paisaje natural y social de la región central de Brasil. En este sentido, se observa la pérdida paulatina del bioma Cerrado dentro de MATOPIBA, lo que afecta directamente la forma de vida de los pueblos indígenas pertenecientes a la Amazonia Tocantins.

PALABRAS CLAVE: Pueblos Indígenas; Tocantins; Territorios; MATOPIBA.